

VII EFA - ENCONTRO DOS FISCAIS APOSENTADOS FOI UM SUCESSO

(Págs. 8 e 9)



FUSÃO AFFEP/SAFITE

A diretoria do SAFITE e da AFFEP, convidam todos os associados, principalmente os aposentados, a participarem de reunião a ser realizada no dia 7 de outubro, no Edifício Castelo Branco (SEAD) - Centro Cívico, para debater sobre a fusão das entidades.

FÉRIAS NA COLÔNIA EM GUARATUBA?

Colegas Associados! Ainda temos vagas para a alta temporada na Colônia de Férias em Guaratuba. Faça já sua reserva. Preços e condições especiais. Não deixe para depois.

XV Fiscalíada:

preparem-se que a festa vai ser de arromba
(Página 12)



É assim que queremos todos na Fiscalíada

Reunião da FENAFISCO

Acontecerá em Foz do Iguaçu, nos dias 24, 25 e 26 de setembro próximo, a 38ª reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da FENAFISCO, composto pelos sindicatos do fisco estadual brasileiro.

(Página 3)

MINI-
FISCALÍADA
AGITA
CASCAVEL

(Página 7)



Jorge e Giancarlo, recebendo o Troféu de Campeão para a 13ª DRR na Mini-Fiscalíada

Mantida a paridade na Reforma da Previdência



EDITORIAL MUDANÇAS

Estes são tempos de mudanças. O Brasil passou muito tempo distanciado das realidades sociais, econômicas e políticas do resto do mundo.

Para compensar o atraso, o Governo Federal busca, desesperadamente, implementar as mudanças, tidas como necessárias, no afã de recuperar o tempo perdido.

Neste Editorial, faremos alusão às reformas da constituição, arcabouço jurídico, nascedouro dos direitos e garantias do cidadão ao mesmo tempo que traçaremos uma correlação com a situação reivindicatória iminente, do fisco paranaense.

Já dissemos que tentam impor mudanças constitucionais, que influenciam a vida de milhões de pessoas, sem uma análise consequente, sem ouvir os interessados.

Reforma Administrativa = aprovada a quebra da estabilidade, mantida para as carreiras típicas de estado, na qual se inclui os agentes fiscais; aprovado o teto único para os servidores dos três níveis de poder e nas três esferas, executivo, legislativo e judiciário;

Reforma da Previdência = mantida a paridade entre ativos e inativos; garantido o direito adquirido; para quem tem menos de 30 anos de serviço, lei ordinária definirá a proporcionalidade da aplicação das mudanças, referente a tempo de serviço e remuneração.

Reforma Tributária = mudanças ocorrerão já no início de 1998, pois a situação financeira dos Estados está insustentável, pela aplicação da Lei Kandir, o imposto de consumo, incidente no destino, é a coqueluche;

Privatização = o governo federal, sem oposição consistente, iniciou o processo de dilapidação do patrimônio público, com ápice na venda de parte da Companhia Vale do Rio Doce; os recursos daí provenientes são destinados ao pagamento do serviço da dívida, externa e interna.

Grandes são os desafios impostos aos gerentes financeiros dos Estados. Aumento gradual dos gastos, apesar de mais de dois anos sem reajustar o salário do funcionalismo, com diminuição drástica da arrecadação.

O nível de criatividade necessário para contorno dessa crise é muito grande. No Paraná o governo tenta aumentar os repasses federais, sem grande êxito. A nível estadual o Fisco trabalha incessantemente, como se estivesse com todas as suas reivindicações atendidas - a esperança é a última que morre.

Conforme declaração do próprio Secretário Giovane Gionédis, os Fiscais Estaduais estão trabalhando além da sua capacidade física. Ao mesmo tempo que conduzem auditorias de grande complexidade em empresas, ainda atendem as informações em processos de natureza tributária, atendimento a contribuintes, elaboração da legislação, fiscalização volantes, os postos fiscais e as operações de impacto.

Mas todos sabemos o que realmente atrapalha e impede a arrecadação: os benefícios fiscais.

A Lei Kandir teve um impacto arrasador na arrecadação dos Estados, a ponto de o Secretário da Fazenda de São Paulo, professor Yoshiaki Nakano declarar no Seminário sobre a Previdência e a Reforma Tributária (veja matéria à pag. 6), que "a Lei Kandir é a responsável pela não reeleição do governador Mário Covas". Os jornais recentes dão conta que Mário Covas, talvez nem seja candidato à reeleição.

Todos os dias vemos o judiciário concedendo "liminares", beneficiando contribuintes, sem ao menos "ouvir" a Secretaria da Fazenda.

O legislativo estadual, através dos "representantes" do povo, fazem fila para pedir benefícios na C.R.E. e SEFA, isso quando não votam leis à revelia da Secretaria da Fazenda, criando mais renúncia fiscal.

O que não estamos entendendo e aceitando é que todas essas políticas visam a diminuição dos poderes dos estados. Querem criar um poder centralizador em Brasília, acabar com a federação, para que o "rei" tudo possa, sem ouvir ninguém.

Os representantes estaduais por estarem numa situação financeira calamitosa, mas também pela visão limitada da macro-política, não se rebelam e aceitam calados.

Os governadores, na maioria síndicos de massa falida, estão impotentes. Mas resta a dignidade.

O Servidor Público (leia-se todos aqueles que são remunerados pelos cofres públicos), tem compromissos intrínsecos que vão além da sua personalidade. A sociedade brasileira, de propósito mal informada, não tem consciência ou discernimento para uma avaliação, mesmo que supérflua, das consequências futuras das atitudes.

Aqueles a quem não foi dado o acesso ao diálogo, resta a denúncia pública, sob pena de passar por omissos e serem cobrados pela história.

Expediente

AFFEP

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente - Roberto Aparecido Piekarczyk
 1º Vice-presidente - Fernandes dos Santos
 2º Vice-presidente - Ary José de Andrade
 1º Secretário - Cherubim José A. de Oliveira
 2º Secretário - Elisabete Maria Rüsche
 1º Tesoureiro - Eduvaldo Gusmão dos Anjos
 2º Tesoureiro - Divaldo de Andrade
 Diretor Social - Geny Landolfi
 Dir. de Patrimônio - Douglas J.S. de Macedo
 Dir. dos Aposentados - Ary José de Andrade
 Diretor Médico - Laércio Lopes de Araújo
 Diretor de Esporte - Rildo J. Ribaski Polliceno

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULAR
 Agenor Carvalho Dias 1º DRR
 Dimas Soares 1º DRR
 Edison Esteves Lopes 1º DRR
 Marinês Cortellini 1º DRR
 Osmar de Araújo Gomes 1º DRR
 João Ney Marçal 3º DRR
 Arlindo José Clivatti 4º APOS
 Valdir A. Kurquievicz 5º APOS
 Milton Luiz Oliveira 6º DRR
 Florivaldo Galisteu 8º DRR
 José Nivaldo Saconatto 8º DRR
 Miguel Antonio Ramos 8º APOS
 Antonio Ramiro D. Tavares 9º DRR
 Cláudio N. de Sá Filho 9º DRR
 Haruo Fugisawa 9º DRR
 Carlos Emil Kahali 11º DRR
 Emílio Carlos Diamante 11º DRR

Benedito A. Tuponi 13º DRR
 Plínio Luiz Faedo 14º APOS
 João Manoel D. Lucena CRE

CONSELHO FISCAL

Júlio César Michelato 1º DRR
 Mauro Sérgio Michielin 1º DRR
 Reginaldo de França 1º DRR

PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES REGIONAIS

1º DRR Cherubim José A. de Oliveira
 3º DRR José Amilton Rogeski
 4º DRR Carlos Alberto Tomé Coradi
 5º DRR Ivair Ângelo Fabro
 6º DRR Alcides Zeca
 8º DRR Luiz Alves de Oliveira
 9º DRR Pedro Sanches
 11º DRR Emílio Carlos Diamante
 13º DRR Jorge Tohihiko Myasada
 14º DRR Sérgio Luiz Oliveira Franco

Jornalista Responsável

Jorge Edil Boamorte
 Reg. Profissional N° 538/PR

Planejamento Gráfico

Jorge Edil Boamorte

Diagramação, Composição, Arte,

Fotolito e Impressão:

Editora Helvética Ltda.

Rua Almirante Gonçalves, 1.063

Fone/Fax: (041) 232-0634

Curitiba - Paraná

SAFITE

SIND. DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Presidente Fernandes dos Santos
 1º Vice-presidente Roberto Aparecido Piekarczyk
 2º Vice-Presidente Benedito Aparecido Tuponi
 1º Secretário Plínio Rogério Buseli
 2º Secretário Roberson Shinoki
 1º Tesoureiro Mário Lopes Siqueira
 2º Tesoureiro Jorge Naoto Okido

CONSELHO FISCAL

TITULAR SUPLENTE
 Agenor Carvalho Dias Juan Reche Garcia
 Luiz Fernandes de Paula Mauro Sérgio Michielin
 Roberto Hideki Ito Regina Mª S. de B. G. Machado

COMISSÕES SINDICAIS

1º DRR

Isaias R. de Andrade Neto
 Cláudio A. Rausis Lara
 Marceli Hurten Ramos
 Acácio Biv Filho
 Gabriel Vieira de Oliveira
 João Bosco de Oliveira
 Maysa Cristina Prado

2º DRR

Rildo J. Ribaski Polliceno
 Solange Scaramella
 Paulo Cesar da Cunha Souza
 Jorge Jungblut

3º DRR

Gilberto Suzhic
 Gerson D. Lemos do Prado
 Nício Moniz Barreto
 Andrey Luiz Sanchez
 Augusto Talegnani Neto

4º DRR

Luiz Carlos Maceno
 Sivoney A. D. de Almeida
 Horácio Hurpia
 Wagner de Faria Lima

5º DRR

Jaci Alton da Silveira

José Clodoaldo Munhoz
 José Abel Brina Olivo

6º DRR

Nelson Nunes
 José Ferreira Batista Filho
 Antônio Luiz da Silva
 Alberto Bonardi
 Yukiharu Hamada

8º DRR

Ana Paula Pelizari M. de Lima
 Carla Santos Codato
 Fernando José dos Santos
 Claudio Tosato

9º DRR

Cláudio Nogueira de Sá Fº
 José da Silva Carvalho
 Luiz Carlos Dziedicz
 Gilberto Favato
 João Denival Lachimia
 Márcio Teles da Silva
 Ronaldo Pedro Hubler

11º DRR

Carlos Emil Kahali
 Vanderlei Bispo de Oliveira
 Delson Abreu de Lima
 Luiz Carlos Giaretta

13º DRR

Luiz Carlos Macoris
 Jurandir Batista da Silva
 Eliseo Muraro

14º DRR

Sérgio Luiz Oliveira Franco
 Clarimont Trizotto
 Marcos Antonio Moreira

CRE

Celso Ademir Chiquim
 Laércio L. Araújo
 Evaldo Marcos Pavanoto

CURTAS DO SINDICATO

PROMOÇÃO

Foi encaminhado ao secretário da Fazenda, no dia 11 de agosto, pelo diretor da CRE o anteprojeto de lei, que trata da promoção para preenchimento dos cargos vagos de AF-1 e AF-2.

A reunião para discutir o assunto foi realizada no dia 30 de julho, e contou com a participação de Robson e Ingrid (ADRH), Almir (CENPRE), Marcelo (AIN), Jair (IGT), Fernandes (SAFITE) e Roberto (AFFEP).

Se a promoção fosse hoje, teríamos 209 AF-2, promovidos para AF-1, e 319 AF-3, promovidos para AF-2.

Agora, espera-se que o governador decida seu partido e que seja recomposta a base governista, para encaminhar o processo à Assembleia Legislativa.

AF-3

Foi impetrada no último dia 05 de agosto, pelo SAFITE, a Ação dos AF-3.

De acordo com a Lei 7.051, que rege o quadro funcional da Receita Estadual, os AF-3 - AI, devem receber 65% do valor dos vencimentos dos AF-1 - CIV.

Porém, uma Lei aprovada em 1993 mudou todo o sistema de pagamento da RE, e ajustou em três parcelas os vencimentos dos AF-3. Isto fez com que esta classe fosse prejudicada com uma redução de 11,11% em seus proventos.

Devido a esta injustiça, o SAFITE impetrou a Ação, requerendo que a classe de Agentes Fiscais nível três passem a receber seus vencimentos corrigidos em 11,11% e que também sejam repassados aos mesmos toda a diferença salarial desde 1993.

CONFAZ

Está tramitando no Senado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional nº 19 de 1996, de autoria do senador Waldeck Ornelas, que retira do Confaz as atribuições de legislar sobre o ICMS, passando esta competência ao Senado Federal.

Se a PEC for aprovada, as alterações na lei do ICMS só poderão ser propostas por iniciati-

va do presidente da República ou de 1/3 dos senadores.

Isto é o princípio da Federalização do ICMS.

DIRETORIA DO SAFITE

A manutenção de um plantão permanente em Brasília de diretores do SAFITE, para acompanhar a tramitação das propostas de Reforma Administrativa, na Câmara, e Previdenciária, no Senado, foi a principal decisão da Diretoria do Sindicato, após uma reunião realizada no dia 11 de agosto, em Curitiba.

Durante a ocasião, ficou determinado também que deverá ser mantido contato com os presidentes das Comissões Sindicais, para que procurem os deputados federais das suas bases, pedindo apoio às emendas a serem apresentadas pela Fenafisco.

Outro assunto discutido pelos diretores do Sindicato foi sobre a fusão AFFEP/SAFITE, chegando-se a conclusão de que se deve intensificar as reuniões no interior do estado, para concluir este processo o mais breve possível.

LEI KANDIR

A maioria dos estados estão frustrados com as transferências financeiras feitas pela União, previstas em acordo da Lei Kandir.

O Seguro-Receita deveria ressarcir os estados para compensar as suas perdas, porém o Paraná recebeu, de outubro de 96 até julho deste ano, o valor de R\$ 148,9 milhões, pouco mais da metade do que deveria ter recebido no período.

A informação é da Assessoria de Orçamento da Câmara dos Deputados e está sendo divulgada pelo deputado Paranaense Paulo Bernardo (PT).

Dentre os estados, o Paraná é o que recebeu o maior volume de recursos, mas, segundo Paulo Bernardo, este fato não deve ser comemorado, pois demonstra que a arrecadação de ICMS do Estado foi menor neste período do que no anterior a vigência da Lei.

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA DEFENDE FIM DO REDUTOR

Na próxima semana, uma comissão de delegados junto com o secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira, e lideranças políticas deve se reunir com o governador Jaime Lerner, para discutir sobre o fim da aplicação do redutor sobre a verba de representação dos delegados de Polícia, que conquistaram este direito na justiça, início deste mês.

O secretário da Administração, Reinhold Stephanes Júnior, disse que o governo reconhe-

ce este direito e está disposto a cumprir a decisão judicial, porém não garante que a questão seja cumprida este mês.

Esperamos que o governo tenha bom senso e resolva este problema do redutor para todas as categorias que estão respaldadas por decisão judicial, visto que o Fisco foi a primeira categoria do estado a ganhar o redutor na justiça.

REDISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL NA CRE

Com o objetivo de elaborar um estudo sobre a redistribuição de pessoal na CRE, foi realizada no Cenpre, dia 1º de setembro, uma reunião com representantes de cada Delegacia Regional da Receita, que formam a Comissão que irá tratar deste assunto.

Estiveram presentes também do encontro os coordenadores do projeto, Robson, Ingrid e Suelly Perón (ADRH), e o diretor do CRE, Jorge de Ávila, que participou da abertura.

Na ocasião, foi realizado um debate, que contou com a participação de Juan Garcia (IGF), Cláudio Ribas (IGF), Pedro Ricardo (IGA), Fernandes dos Santos (SAFITE/AFFEP), para traçar as melhores formas de atuação do Fisco, que servirá para determinar os parâmetros que serão utilizados na nova quantificação.

Os integrantes da comissão se reuniram, novamente, no período de 9 a 12 de setembro e já elaboraram o projeto que encontra-se com o diretor da CRE e que será divulgado em breve as conclusões a que chegaram os membros da comissão.

Após concluída a redistribuição será aberto concurso de remoção em conformidade com a Lei 7.051/78.

A comissão para a redistribuição é composta por Vilmar Gagens (1ª DRR), Orlando Silva (1ª DRR), Hélio Obara (2ª DRR), Paulo Koslosky (3ª DRR), Vilmar Bianchezi (4ª DRR), Jacir Silveira (5ª DRR), Lauro (6ª DRR), José Luiz Favoreto (8ª DRR), Hélio Sato (9ª DRR), Rui Barbosa (11ª DRR), Romualdo (13ª DRR) e Carlos Coradi (14ª DRR).

SENADOR DEFENDE PARIDADE

O vice-presidente da AFFEP, Ary José de Andrade, esteve em Belém (PA) dia 29 de agosto, representando a Associação e o SAFITE em uma reunião promovida pelo Mosap.

O encontro foi organizado com o objetivo de homenagear o Senador Jader Barbalho, que apresentou uma emenda na CCJ do Senado para a manutenção da paridade da remuneração entre

ativos e inativos, conforme previsto no atual artigo 40 da Constituição Federal.

Mais de 500 lideranças sindicais de todo país estiveram presentes na homenagem para prestigiar o Senador.

SÃO PAULO FECHA POSTOS FISCAIS

O Convênio, aprovado em Manaus, no contexto da chamada Modernização da Administração Tributária financiada pelo BID, está levando São Paulo a fechar os postos fiscais de fronteira no dia 25 de setembro.

Isto vai provocar a relocação de mais de 700 funcionários.

A preocupação da Fenafisco é de que essa moda pegue e outros estados, que têm carreiras vinculadas à fiscalização de trânsito, adotem a mesma medida.

A Federação vai se posicionar, pelo Conselho Deliberativo, em reunião que será convocada com objetivo de trabalhar esta questão e, futuramente, repassará para a categoria, buscando a defesa dos interesses do Fisco.

FISCO ESTADUAL EM FÓZ

A diretoria da Fenafisco, os presidentes dos sindicatos do Fisco Estadual, os membros das Comissões Sindicais das DRRs e a diretoria do Safite estarão reunidos em Foz do Iguaçu, no período de 24 a 26 de setembro, para discutirem os atuais desafios pelos quais passam os Fiscos de todos os estados.

Na oportunidade, será apresentado um trabalho desenvolvido pela UnB sobre a modernização da administração tributária, que será financiado pelo BID.

O resultado do encontro estará em um documento que será entregue aos secretários de Fazenda, que estarão reunidos na mesma cidade em um evento do Confaz.

MAIS UMA VITÓRIA CONTRA O REDUTOR

Provavelmente, neste mês de outubro, os 60 agentes fiscais que estão no processo do Redutor nº 38.301-3, da AFFEP, encabeçado por Air Pessa Sampaio, não terão mais este desconto deduzido em seus vencimentos.

O processo foi ganho por unanimidade no Tribunal de Justiça e não subirá ao Supremo Tribunal Federal, portanto mais uma vitória do Fisco contra o Redutor.

Com isto já são quase 450 fiscais que têm seus direitos reconhecidos na justiça.

I Seminário de Formação Sindical da Fenafisco

- SÚMULA -

Atendendo convocação da Federação Nacional do Fisco Estadual - FENAFISCO - aos sindicatos filiados, estivemos em Brasília, DF, no dia 11 de setembro, representando os agentes fiscais do Paraná filiados ao nosso SAFITE. O objetivo da convocação foi realizar o I Seminário de Formação Sindical, que aconteceu na sede da FENAFISCO, cujo endereço é o seguinte: Federação Nacional do Fisco Estadual SCS Quadra 06, Bloco "A" Ed. Citybank, 4º andar CEP 70300-968 Brasília - DF Tels: (061) 224-0515 / 226-4070 Fax: 225-6554 E-mail: fenafisco@solar.com.br

A importância do evento se refletiu na definição de uma política de formação sindical para o Biênio 1997/1998, elaborada pelo grupo de representantes dos estados do Amazonas, Pará, Rondônia, Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul, sob a coordenação da FENAFISCO.

Para enriquecer o evento, foi convidada a Professora Dra. Silvia Maria Manfredi, Mestre e PhD em Sociologia da Educação, professora pesquisadora da UNICAMP (1978-1995), e também autora de dois livros específicos sobre formação sindical. Tomamos um primeiro contato com esses dois livros durante o seminário e, agora mesmo estamos lendo-os. Os livros, a seguir indicados, são oportunos, indispensáveis e de leitura obrigatória para dirigentes, líderes e profissionais interessados na própria formação e envolvimento consciente na renovação das atividades sindicais. São eles:

Manfredi, Silvia Maria. *Educação Sindical - entre o conformismo e a crítica*. São Paulo Ed. Loyola, 1986 (esgotado).

Manfredi, Silvia Maria. *Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural*. São Paulo. Ed. Escrituras, 1996.

Pela sua importância, esses dois livros estão dis-

poníveis para empréstimo aos leitores interessados no SAFITE. E ambos serão objetos de novos artigos na sequência deste NOTIFISCO.

O Seminário, teve desenvolvimento muito dinâmico, cuja súpula agora apresentamos para reflexão e discussão ampla com todos os colegas, sindicalizados ou não.

Na parte da manhã, buscamos atingir um nívelamento conceitual sobre o tema: da formação sindical suas concepções e suas diretrizes.

• Analisamos e discutimos as principais concepções de formação sindical existentes hoje no movimento sindical em geral.

• Assistimos a uma breve, mas competente exposição da Dra. Silvia Manfredi sobre as concepções atuais de formação sindical no Brasil, com recuperação de aspectos da história recente do país.

• Analisamos e discutimos especificamente essas concepções sob a ética dos

servidores públicos civis agentes dos fiscais estaduais, cotejando realidades com ilusões, missão com recompensas, o presente com as perspectivas de futuro.

• Construímos um ideário de formação sindical com princípios e diretrizes comuns aos agentes fiscais dos fiscos estaduais, no qual foram explicitadas as demandas dos colegas da ativa e aquelas dos colegas aposentados.

Na parte da tarde, construímos uma concepção de formação para a FENAFISCO.

• Definimos os seguintes itens como sendo as principais diretrizes para uma política de formação sindical da Federação e dos Sindicatos estaduais, para o período 1997/1998.

a) Análise das demandas e necessidades;

b) Metas anuais;

c) Prioridades: público versus atividades;

d) Responsabilidades da Federação e dos Sindicatos;

e) Previsão de recursos

humanos e financeiros.

• Debatesmos, elencamos e votamos propostas para cada uma dessas diretrizes com vistas a serem apreciadas e aprovadas pela Federação e pelos Sindicatos estaduais.

• Aprovamos os representantes presentes dos Sindicatos estaduais como sendo os membros do Coletivo de Formação Sindical da FENAFISCO, com missão de dar continuidade aos trabalhos resultantes do I Seminário e manter a participação nos eventos promovidos pela Diretoria de Formação Sindical da Federação.

• Aprovamos os nomes dos representantes do Pará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, para comporem um grupo de trabalho com a missão de estruturar as propostas levantadas neste I Seminário em um plano diretor de formação sindical executável a curto prazo.

• Avaliamos o Seminário como um todo. Conseguimos esgotar sua agenda em apenas um dia de trabalho concentrados e indicar as diretrizes bem como as providências imediatas a

serem implantadas pela Federação e pelos Sindicatos estaduais.

Em próximos artigos daremos sequência aos tópicos abordados nesta súpula, especialmente quanto aos resultados alcançados pelo grupo de trabalho no encaminhamento das propostas aprovadas.

Desde já incentivamos a abertura de correspondência e contato entre todos os colegas e o SAFITE e a imediata intensificação de debate sobre o assunto tratado neste I Seminário de Formação Sindical. Estão disponíveis para esses intercâmbios as seguintes facilidades:

Correspondência: SAFITE Rua Comendador Macedo, 610 - Centro CEP: 80060-030 Curitiba-PR Telefone/Fax: (041) 264-1544 Internet E-mail: safite@softall.com.br

João Bosco de Oliveira - AF-3 AI Presidente da Comissão Sindical da 1ª Delegacia Regional da Receita

Sindicatos do Fisco Estadual Brasileiro reunidos em Foz do Iguaçu

A atual situação do Fisco em todos os estados foi o principal ponto a ser discutido entre os presidentes dos sindicatos do Fisco estadual do país e à diretoria da Federação Nacional do Fisco Estadual (Fenafisco), em uma reunião realizada no Salão Assunção, do Mabu Foz Hotel, de 24 a 26 de setembro, em Foz do Iguaçu, na qual esteve presente o presidente do Safite, Fernandes dos Santos.

É de conhecimento não só dos fiscais da Receita Estadual que o Fisco encontra-se hoje em estado preocupante, enfrentando desafios que comprometem principalmente a arrecadação do ICMS dos estados. Os efeitos da Lei Kandir e a modernização da administração tributária são os pontos que merecem toda a atenção do governo.

No encontro, foi apresentado um trabalho desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB), que avalia o projeto de modernização da administração tributária financiado pelo Banco Inter-Americano de Desenvolvimento

(BID). A proposta pretende implementar uma nova forma de gerenciamento em todas as secretarias de Fazenda dos estados, o que deverá resultar em um investimento total de US\$ 1 bilhão. Neste processo, o Paraná deverá ser contemplado com US\$ 36 milhões, porém para isto está se propondo o fechamento dos postos fiscais de fronteira e outras grandes mudanças nas máquinas de arrecadação estaduais.

A avaliação, feita através de estudo elaborado por professores da UnB, apresenta um parecer sobre o real interesse na modernização dos Fiscos, ou se, na verdade, trata-se de apenas mais uma forma de controle internacional em uma das áreas úteis do país, que é a arrecadação do ICMS, considerado o imposto mais representativo entre os tributos nacionais.

LEI KANDIR

Exatamente um ano após ser aprovado (15 de setembro de 1996), a Lei Kandir vem ocasionando grandes pre-

juízos às arrecadações estaduais, pois criou novas oportunidades de evasão, principalmente nas exportações dos produtos primários e semi-elaborados, que ganharam isenção fiscal.

O benefício concedido pela Lei vem afetando negativamente a Receita dos estados, que vêm contabilizando grandes perdas anuais. Para citar um exemplo, o Paraná deverá ter um prejuízo de R\$ 350 milhões em 1997, e algo em torno de R\$ 500 milhões em 1998. O maior problema é que não se tem percebido qualquer disposição do Governo Federal em efetuar esses repasses, conforme prometido na aprovação da Lei, quando proposto o Seguro Receita, que deveria ressarcir os estados da União para compensar as suas perdas.

O resultado do encontro está em um documento entregue aos secretários de Fazenda de todos os estados, reunidos na mesma cidade em um evento do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O Fisco responde

Emissão de notas

Faz muito bem o secretário da Fazenda ir pessoalmente verificar a regularidade da emissão de notas fiscais, situação cadastral das empresas e das máquinas registradoras. Secretário de Estado é cargo executivo e não figurativo. O ocupante dessa função não deve ficar encastelado nos gabinetes refrigerados e acarpetados. Preciso ir ao campo, trabalhar. No caso do Sr. Giovanni Gionédís, é interessante observar que 70 agentes fiscais participaram da blitz recentemente realizada em Curitiba e que constatou irregularidades (sonegação fiscal) em 21 restaurantes e duas praças de alimentação em estabelecimentos centrais de Curitiba. Nessa tacada, a autuação alcançou R\$ 20 mil. Há de perguntar-se: o que faziam antes os fiscais? Não trabalhavam e recebiam seus salários integrais? O exemplo Gionédís precisa ser acompanhado pelos demais secretários de estado, para dinamizar a atual administração.

José Carlos A. Ferreira Mendes,
Curitiba-PR.

Carta-resposta

Em resposta a carta do leitor José Carlos A. Ferreira Mendes, publicada nesta coluna do dia 9 de setembro de 1997, na qual foi colocada em questão a atuação dos fiscais da Receita Estadual.

Gostariamos de informar que o projeto Restaurante, operação de fiscalização e de acompanhamento da arrecadação dos estabelecimentos citada na carta, já vem sendo desenvolvido desde agosto de 95, pela administração da 1ª Delegacia Regional da Receita de Curitiba. Sendo que, até outubro de 1996, foram aplicadas multas que superaram R\$ 3 milhões, representando um aumento significativo na arrecadação, o qual continua se mantendo.

Além desta operação, o Fisco desenvolveu, de junho a dezembro/96, o projeto Refeições Industriais, que determinou uma fiscalização intensiva nas 28 empresas do setor em Curitiba, resultando em autuações superiores a R\$ 7 milhões.

Acrescentando ainda, atualmente são executados mais de 40 projetos de fiscalização em diversos ramos de atividades e, no período de janeiro a agosto de 97, os 1.261 fiscais da Receita Estadual lavraram um total de 29.910 autos de infração, cujas multas e ICMS superaram R\$ 300 milhões.

Portanto, o Fisco sempre trabalhou e continua trabalhando, conforme comprovam os números aqui apresentados. Quanto ao salário, há de se ressaltar que não o recebemos integralmente, pois o governo aplica em nossos vencimentos um redutor que o Supremo Tribunal Federal já considerou inconstitucional. Porém, nem mesmo este desestímulo nos faz cruzar os braços, esclarecendo portanto a carta do leitor José Carlos A. Ferreira Mendes.

FERNANDES DOS SANTOS
Presidente do Safite e
vice-presidente da Affep

Lerner reclama perda de 94 mi no orçamento

O governador Jaime Lerner desabafou contra a discriminação do Paraná no Orçamento da União para 1998. O Estado deverá receber R\$ 179 milhões em investimentos contra os R\$ 273 milhões destinados em 97. "O montante destinado ao Paraná não condiz com o perfil socioeconômico do Estado", disse Lerner. A queda em relação ao orçamento deste ano é de 94 milhões ou 34,4%. O governador assinalou que, embora a economia paranaense represente 6,9% do PIB brasileiro, o Estado foi contemplado com apenas 1,3% do orçamento e 2,6% dos investimentos previstos.

Cadê o PFL-Sr. Governador?

RM

CORRETORES ASSOCIADOS

SEGUROS

A RM Corretora de Seguros a mais de 15 anos presta serviços aos fiscais do Estado em convênio com a AFFEP. Portanto antes, de renovar seu seguro de automóvel, vida, saúde, casa, escritório, roubo, etc., consulte a RM Seguros, operamos com as melhores seguradoras do país e pesquisaremos o melhor preço. Promoção especial para seguro de automóvel para todo o Estado do Paraná.

FONE: (041) 264-2132 - FAX: (041) 362-1004

E-mail:rmseguro@bsi.com.br



Felisberto Kloeppel
Sub-Chefe do Departamento de Aposentados, nomeado através do Ato nº 075/97 - AFFEP.
Em 04/08/97

Encontro Mosap

No dia 29 de agosto passado, realizou-se na cidade de Belém-PA, um encontro do MOSAP - Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas do Brasil.

Esse movimento foi criado com o objetivo da luta pela manutenção do parágrafo 4º do artigo 40 da C.F., que garante a paridade salarial entre os servidores ativos e inativos. Participam a AFFEP, e o SAFITE, bem como aproximadamente outras 600 Entidades.

O encontro aconteceu no auditório do SUDAN e contou com a presença do presidente nacional do MOSAP, o companheiro Domingos Travesso e de aproximadamente 500 aposentados de todo o Brasil. O fisco paranaense esteve representado pelo vice-presidente da AFFEP, o colega Ary José de Andrade.

Em seu discurso Ary se apresentou como representante da AFFEP/SAFITE e disse da "participação das duas entidades na comissão do MOSAP-PR, e da atuação firme de todos os integrantes do processo de mobilização e abordagem de parlamentares a respeito da manutenção dos direitos constitucionais adquiridos



pelos aposentados e pensionistas, conseguido após toda uma vida de luta. Afirmou que nossas entidades, desde o primeiro momento, se colocaram na vanguarda dessa luta inarredável, para que os aposentados e pensionistas não venham a sofrer prejuízos em consequência da reforma da constituição, tanto na parte previdenciária quanto na administrativa e tributária. Por último apresentou o sentimento de gratidão a todos os aposentados do fisco paranaense ao senador Jader Barbalho, pela apresentação da emenda 151, ressaltando ainda o trabalho incansável do colega presidente

do MOSAP, Domingos Travesso. Encerrando, conclamou a todos os presentes para que redobrem suas forças na participação das respectivas entidades, junto ao MOSAP, pois estamos na "reta de chegada" em relação à reforma da previdência.

Após o encontro foi realizado um almoço, em companhia do senador Jader Barbalho, num restaurante da capital paraense.

A emenda 151, aceita e incluída no relatório final do senador Beni Veras, mantém a paridade entre ativos e inativos, tal qual o contido na constituição atual, inclusive respeitando-se a transformação e reclassificação de cargos.

A perda desse direito, sem dúvida alguma seria o maior prejuízo das reformas constitucionais mas, após muita luta e discussão, conseguiu-se manter no texto constitucional a paridade.

Estamos todos de parabéns, principalmente aqueles que, juntamente com o MOSAP, se empenharam na difícil tarefa política de ir em busca dos resultados.

Intitulando-se fiscal da Receita Estadual e oferecendo, em troca de uma certa quantia em dinheiro, proteção fiscal, foi autuado em flagrante, no dia 15 de julho, José Hartmann Marcon, 49 anos, que responde a inquérito por estelionato.

O flagrante ocorreu a partir da denúncia de um comerciante que havia recebido a visita de Marcon, que se dizia fiscal da Receita e funcionário da empresa Informativo Fiscal do Paraná. Analisando a real situação da empresa, Marcon prometia que o estabelecimento não seria mais fiscalizado durante o ano, caso o proprietário comprasse um exemplar do Informativo, cujo valor ultrapassava R\$ 600,00.

Desconfiado do caso, o empresário entrou em contato com a AFFEP, que orientou-o para que procurasse a polícia e fizesse a denúncia. Após todo o procedimento, que foi acompanhado por agentes fiscais da assessoria da auditoria da Receita Estadual, o comerciante marcou um dia com o falso fiscal para acertarem o negócio. Assim que Marcon chegou

Preso falso fiscal em Curitiba



ao estabelecimento, a polícia foi acionada, e o delegado-adjunto, Roberto Heusi de Almeida Júnior, determinou a sua prisão provisória.

Este tipo de golpe de falsos fiscais vêm há muito tempo atormentando a vida de, principalmente, pequenos e médios empresários. Sob a ameaça de devassa fiscal aos seus negócios ou proteção contra a fiscalização, o contribuinte sente-se obrigado a adquirir títulos de colônia de férias ou assinaturas de revistas e periódicos com ma-

térias tributárias.

No entanto, deve ser de conhecimento dos contribuintes que a Secretaria da Fazenda não tem qualquer vínculo com a referida entidade, pois a categoria dos agentes fiscais estaduais está representada pela AFFEP e pelo SAFITE, que não comercializam nenhum tipo de anúncio em jornais e revistas, título de colônia de férias, etc.

Além disso, os agentes fiscais do Estado devem se apresentar sob prévia identificação e prestarem esclarecimentos necessários quanto à natureza de seu trabalho, estabelecendo sempre que possível um relacionamento com cordialidade e respeito mútuo.

O conselho de entidades do Fisco Estadual é que o empresário, quando se sentir ameaçado, comunique-se com a repartição fiscal mais próxima ou denuncie às autoridades policiais, uma vez que a ação dos supostos fiscais é caracterizado como crime previsto no Código Penal.

Estes tipos de golpes somente serão eliminados com a ajuda das vítimas que devem denunciar os fatos no momento de sua ocorrência para facilitar o flagrante.

DATAS

Aposentaram

- Luiz Antônio Guarise, lotado CRE/CENPRE. Em 07/08/97
- Airton Arquimedes Menezes, lotado na 3ª DRR - Ponta Grossa. Em 07/08/97.
- Darci Baran, lotado na 11ª DRR - Umuarama. Em 12/08/97.
- Nelson Rodrigues de Oliveira, lotado na 6ª DRR - Jacarezinho. Em 12/08/97.

- Validio Cantarelli, lotado na 5ª DRR - Guarapuava. Em 18/08/97.

Faleceram

- Isaque José Lourenço - Antonina/PR - 03/agosto/1997 - 84 anos.
- Sezefredo Machado Contador - Castro/PR - 11/agosto/1997 - 72 anos
- Judith Silva Machado - Mallet/PR - 17/março/1997 - 88 anos
- Lourival Santos Melo - Bocaiúva do Sul/PR - 15/agosto/1997 - 63 anos
- Nise Guimarães Plainsant - Curitiba/PR - 13/agosto/1997 - 78 anos
- Casemiro Fernando Mazanek - Porto União/SC - 02/setembro/1997 - 66 anos
- Luiz Botelho - Ribeirão Claro/PR - 24/agosto/1997 - 78 anos

Sinafresp e Afresp realizam seminário em São Paulo

Reunindo cerca de 400 pessoas, entre inscritos, autoridades e convidados, e com presença dos presidentes da AFFEP, Roberto Aparecido Piekarczyk, e do SAFITE, Fernandes dos Santos, foi realizado no auditório do Hotel São Paulo Hilton, dia 15 de agosto, o seminário "A Reforma da Previdência e a Questão Tributária".

O evento, patrocinado pelo Sindicato dos Fiscais de São Paulo (Sinafresp) e pela Associação dos Fiscais de São Paulo (Afresp), foi aberto com uma sessão solene, contando com a presença dos debatedores: na questão previdenciária o ex-ministro da Previdência, Waldir Pires, e o secretário-geral Ministério da Previdência, representando o ministro Reinhold Stephanes, Celecino de Carvalho Filho.

Para discutir a questão tributária, estiveram presentes o economista Fernando Rezende, presidente do INPE e "idealizador" do projeto de reforma que tramita no Congresso Nacional, o deputado paranaense Luiz Carlos Haully, vice-líder do governo e presidente da Comissão de Orçamento e Finanças na Câmara dos Deputados, e o professor Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda de São Paulo. Baseada na matéria publicada na edição nº 65, do jornal do Sinafresp, a reportagem a seguir apre-



senta de maneira resumida todo o evento realizado em São Paulo.

Reforma Previdenciária

Criticando a maneira de como o governo federal tem conduzido as reformas, o ex-ministro da Previdência, Waldir Pires, foi muito duro em seus comentários. Já o expositor que falou em nome do ministro Reinhold Stephanes, Celecino de Carvalho Filho, defendeu as propostas do governo contidas no relatório de Beni Veras, inclusive a que só garante salário integral aos aposentados que ganham até R\$ 1.200,00, criando-se um redutor que pode chegar a 30% do salário dos servidores que ganham acima dessa quantia.

Mesmo sendo considerado um debate calmo, ninguém aceitou com os argumentos apresentados pelo representante do ministro Stephanes. Mas todos concordaram que a Previdência precisa



de reformas, mas na forma de gestão com a presença dos segurados, no combate à sonegação e no rigor no combate às fraudes e corrupção.

De ponto de vista dos organizadores do evento, o seminário revelou-se extremamente oportuno, principalmente porque serviu como ponto de mobilização da classe e ao mesmo tempo como fórum privilegiado de debate com as autoridades certas, tendo em vista que reuniu pessoas que decidem e podem mudar conceitos e propostas como fruto do debate.

Reforma Tributária

Os presentes puderam presenciar um debate de altíssimo nível, no qual as divergências entre os debatedores, e também participantes, puderam ser expressadas sem mesuras ou rodeios. O que mais impressionou os presidentes da AFFEP e do SAFITE foi o amplo co-

nhecimento demonstrado pelo Secretário da Fazenda Yoshiaki Nakano, que durante todo o tempo fez questão de ressaltar o extraordinário profissionalismo dos fiscais e, principalmente, reconhecer que o aumento da arrecadação se consegue com o combate à sonegação, através da fiscalização nas empresas.

De um lado, Rezende e Haully defendendo as mudanças no sistema tributário contidas no parecer de Mussa Demes, principalmente a federalização do ICMS, e do outro, o professor Nakano, demonstrando com dados que a reforma proposta é uma aberração, que levará o estado de São Paulo a perder mais de 42% de suas receitas.

No auge da polêmica, o clima acabou ficando tenso, quando o professor Nakano, questionado sobre a autenticidade dos números que apresentava, convidou os dois expositores a virem fazer um estágio na Secretaria da Fazenda de São Paulo para conhecerem a realidade dos números, tal como tem sido reconhecido pelos técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O deputado Haully sentiu que deveria recuar e se curvar diante dos argumentos embasados do professor, declarando para o plenário sua disposição



O ponto de vista de cada um

Yoshiaki Nakano, secretário da Fazenda de São Paulo, afirmou que os dois projetos de Reforma Tributária que se encontram no Congresso Nacional são desastrosos e inaceitáveis para São Paulo, prevendo que a aprovação e a colocação em prática de qualquer um dos dois liquidam o princípio federativo e com a própria Federação.

Criticou o sistema tributário brasileiro, classificado por ele como injusto, já que a carga de impostos indiretos corresponde a 2/3 da receita tributária global do país, e apenas 1/3 corresponde a impostos diretos, o que atecede de maneira totalmente oposta, tomando como exemplo países civilizados, e ressaltando que esta distorção não é alterada na proposta de reforma tributária.

Questionou também a eficácia da reforma proposta para pôr fim à "guerra fiscal" e bateu duro na idéia de criar um ICMS federalizado com sua unificação ao IPI, entregando

ao Senado a competência para legislar sobre este tributo. Segundo Yoshiaki Nakano, São Paulo pode abrir mão do ICMS como instrumento de política fiscal, porque senão o Estado terá uma perda de receita de mais de R\$ 10 bilhões por ano. Finalizando, Nakano criticou duramente a intenção do governo federal de não cumprir com o acordo de reposição de receitas perdidas por causa da Lei Kandir.

Fernando Rezende, presidente do INPE e "idealizador" do projeto de Reforma Tributária, procurou explicar os fundamentos da Reforma, enfatizando a necessidade de simplificar o sistema de arrecadação, ampliar a base de contribuintes, reduzir a sonegação e diminuir o chamado "custo Brasil", defendendo a federalização do ICMS com sua unificação ao IPI.

Para ele, é um absurdo a existência de duas máquinas arrecadoras para fiscalizar o recolhimento do IPI e do ICMS, e discorreu

sobre as vantagens da federalização e unificação dos dois tributos. Rezende considera este processo de unificação um avanço modernizador, e que não provocaria prejuízos para nenhuma das esferas de poder.

Em seguida, defendeu a Lei Kandir e os resultados alcançados no aumento das exportações, mas pregou a necessidade de se rever os cálculos sobre as perdas de receitas dos Estados, que deverão ser restituídas pelo fundo de compensação criado pela União.

Luiz Carlos Haully, deputado paranaense, criticou o elevado número de impostos e taxas que só dificultam a fiscalização e facilitam a sonegação, além de onerar a produção. Considerou preocupante o nível de receita sempre abaixo das despesas, alimentando déficits crônicos.

Em seguida, relacionou todos os encargos que tem a União, que precisam ser cobertos com as receitas vindas de impostos, taxas e

contribuições, afirmando que esses encargos recaem sobre uma estreita base de contribuintes e são insuficientes para financiar o Estado e a Previdência Social. Para ele, nem o governo federal nem o governo de São Paulo está interessado em fazer andar a Reforma Tributária, por isso ela se encontra parada no Congresso Nacional.

Haully disse que é incompreensível a atitude de São Paulo, na qual apenas parece prevalecer os interesses do Estado e não o conjunto da Nação. Apelou para que São Paulo colabore para o andamento do processo de Reforma Tributária.

Waldir Pires, ex-ministro da Previdência, resumiu a essência do seu pensamento na tese de que "não se pode falar na existência de um país democrático, de um Estado democrático, se ele não trata de construir e manter um sistema previdenciário público capaz de garantir uma assistência solidária aos seus filhos, desde o nascimento até a

velhice, sem qualquer distinção".

Segundo ele, um sistema previdenciário público que seja abrangente e universal e que se preocupe com o bem-estar da pessoa humana, deve ser a forma mais eficiente de distribuir rendas. Por isso, declarou-se favorável à reforma do sistema previdenciário, mas não concorda com a maneira que está sendo feita, considerada por ele uma verdadeira colcha-de-retalhos, que não leva em conta as reais necessidades dos trabalhadores.

"Sem a amplitude de um projeto para o país que assegure mais emprego para quem quer trabalhar, mais escola para quem precisa estudar, mais saúde e moradia para quem precisa ter melhor qualidade de vida, não se pode falar em reforma", concluiu.

Celecino de Carvalho Filho, secretário-geral do Ministério da Previdência, representando o ministro Reinhold Stephanes, resumiu a questão previdenciária, lembrando que a

idéia inicial da reforma era criar um sistema básico único para todos os trabalhadores e servidores públicos, mas a idéia esbarrou na questão da aposentadoria dos militares, optando-se, então, pela manutenção dos três níveis de poder (federal, estadual e municipal); abrir caminho para a transição do atual sistema para um sistema básico único; e projetar a criação de um sistema de aposentadoria desvinculado do sistema básico.

Declarou que as mudanças feitas no Senado ao projeto vindo da Câmara estão fundamentadas nestas premissas para que, a médio prazo, seja possível implantar o sistema básico único para quem vai entrando no mercado de trabalho a partir da sua aprovação. Os que já estão ficando sujeitos às regras de transição, na qual o teto de R\$ 1.200,00 passa a valer para todos, acima desse teto passa a vigorar o redutor que pode chegar a 70% do último salário.

de convidar o secretário Nakano para se reunir com a Comissão de Finanças da Câmara, onde poderia se rever todo projeto de Reforma Tributária. Segundo o deputado, não há dúvidas que para haver reforma é preciso negociar com o "sócio maior", São Paulo, e ter o seu apoio.

Conseqüências da Reforma Tributária

O secretário da Fazenda de São Paulo, professor Yoshiaki Nakano, resumiu os pontos essenciais da PEC-175, destacando que: 1 - o IPI será extinto sendo substituído pelo ICMS federal, que compartilhará a mesma base de cálculo do ICMS estadual; 2 - a alíquota total do novo ICMS será a soma da alíquota do ICMS estadual com a alíquota federal; 3 - as alíquotas do ICMS estadual serão fixadas pelo Senado e não mais pelas assembleias legislativas estaduais; 4 - as alíquotas do ICMS federal serão fixadas por lei; 5 - nas operações interestaduais, a alíquota do ICMS federal subirá até fazer com que as duas (federal e estadual) seja idêntica a esta mesma soma das operações internas; 6 - o Senado poderá, nas operações interestaduais, eliminar as alíquotas do ICMS estadual, o que significa implantar o princípio do destino; 7 - a partilha da arrecadação do ICMS federal será a mesma do atual IPI: 22,5% para FPM, 21,5% para FPE e 3% para financiamento do setor produtivo norte/nordeste/centro-oeste; e 8 - o fundo de compensação aos estados pela perda do ICMS nas exportações, 10% do IPI, desaparece.

Para o professor Nakano, deve-se atentar para o impacto que estes pontos provocariam sobre as finanças de São Paulo, destacando que isso poderia gerar perdas para as receitas do Estado de 18,5%; para o fundo de exportação, perdas de mais de 0,15%; para a base de cálculo sobre o IPI, perda de mais de 5,88%; para a alíquota do ICMS para fora, perda de mais de 18%; que somadas resultariam em perdas totais de 42,61% das receitas tributárias, ou seja, R\$ 9,8 milhões por ano.

Outro aspecto grave da questão, segundo o professor Nakano, é que este modelo pretende implantar na atual proposta de reforma, os estados perdem a competência de instituir suas próprias alíquotas internas de ICMS. Isto, argumenta, não evitaria a guerra fiscal, tendo em vista que os estados que atraem indústrias através da redução de alíquota interna do tributo, não tem mercado interno.

Analisando os números, o professor Nakano lembrou ainda que a implementação do princípio de destino para o ICMS federalizado provocará uma "brutal redistribuição de renda, dos estados exportadores líquidos para os estados consumidores". O que provoca o fim da competência dos estados para a fixação de alíquotas de seu principal tributo, o ICMS, significando o fim do modelo federativo brasileiro.

**Mini-Fiscalíada - Cascavel
III FISCOVEL**

Nos dias 30 e 31 de agosto, em Cascavel, foi realizada a III Fiscovel. O evento foi um grande sucesso, e contou com a participação de muitos associados e familiares cascavelenses, além das Delegacias de Guarapuava, Pato Branco e União da Vitória.

A III Fiscovel ainda foi abrilhantada com a presença do Assessor de Resultados da 11ª DRR-Umuarama, Antônio Jair dos Santos; do delegado da 11ª DRR, Joaquim Antônio Silva Maia; do Presidente do SAFITE, Fernandes dos Santos; de Ranulfo Becker, ex-delegado de Cascavel e do Presidente da AFFEP, Roberto Piekarczyk, entre outros.

A programação incluiu competições esportivas nas seguintes modalidades: Futebol Suíço, Vôlei, Tênis de Mesa, Tranca, Buraco, Basquete, Bocha, Malha, Sinuca e recreação infantil. Para que houvesse energia suficiente para tanto suor, as refeições foram reforçadas, tendo no cardápio quitutes típicos do interior, como a costela de chão, o arroz carreteiro e o porco no rolete.



A classificação da III Fiscovel, ao final dos dois dias de competições, ficou da seguinte forma:

- 1º Lugar: Cascavel
- 2º Lugar: União da Vitória
- 3º Lugar: Pato Branco

e a classificação por modalidade:

Modalidades	1º lugar	2º lugar	3º lugar
Basquete	Cascavel	U. da Vitória	P. Branco
Bocha	P. Branco	U. da Vitória	Cascavel
Buraco	P. Branco	Cascavel	U. da Vitória
Futebol Suíço	Cascavel	P. Branco	U. da Vitória
Malha	U. da Vitória	P. Branco	Guarapuava
Peabolim	Cascavel	U. da Vitória	P. Branco
Sinuca	Cascavel	P. Branco	U. da Vitória
Tênis de Mesa	U. da Vitória	Cascavel	Guarapuava
Tranca	Pato Branco	Cascavel	U. da Vitória
Truco	Cascavel	U. da Vitória	P. Branco
Vôlei	Cascavel	U. da Vitória	P. Branco

**ODONTO-AFFEP
Valoriza seu Sorriso**

Em uma iniciativa inédita, a AFFEP dará início neste mês de Outubro ao Plano de Saúde Odontológico para seus associados da capital.

O Plano teve como ponto de partida as necessidades, ora existentes, de uma saúde bucal privilegiada, que apresentam um custo proibitivo a nível de atendimento particular.

Outro motivo foi a desativação do consultório existente na AFFEP-Curitiba, em virtude de seus custos elevados e da sua obsolescência o que demandaria a necessidade de um grande investimento em equipamento.

Sendo assim através de uma iniciativa da Presidência, o Departamento Médico da AFFEP enviou esforços no sentido de viabilizar um plano, inicialmente para os associados de Curitiba e Região Metropolitana, e na dependência de seu sucesso estendê-lo para o interior do estado.

A clínica com a qual estabelecemos convênio, tem um bom padrão de excelência técnica, em que os consultórios são modernos, com equipamentos novos, num ambiente agradável e digno do atendimento de nossas famílias.

Os procedimentos cobertos pelo plano contemplam uma ampla gama de serviços, principalmente os de caráter emergencial e básico, podendo estender-se para procedimentos mais complexos como Ortodontia, Endodontia, Prótese e Cirurgia, com importantes descontos e em clínicas de excelente nível.

Todo o serviço será acompanhado pela AFFEP, e sempre se estará empenhado na satisfação do usuário, inclusive no custo, que será de R\$ 19,00 (dezenove reais) por pessoa, com um desconto de 10% quando houverem no plano mais de 4 usuários de uma mesma família.

Poder-se-ão incluir todos os dependentes, independente de grau de parentesco, inclusive seus ascendentes e colaterais, desde que com vínculo com o associado titular. Não é um plano de rateio, nem de parceria, portanto não há perigo de rateio de déficits futuros, os reajustes serão auais, desde que haja necessidade, determinada pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Fazenda.

Todos os cuidados foram tomados para que o Plano fosse, de forma indiscutível, uma boa oportunidade de o fiscal cuidar de sua saúde bucal, e proporcionar, sem sobressaltos, um atendimento odontológico à sua família.

Está programado para o dia 03 de outubro, **coquetel de lançamento**, na sede da AFFEP, que apresentará os profissionais contratados e material de orientação dos direitos dos usuários, bem como da cobertura proposta para o plano, para o qual todos os sócios estão convidados, bastando entrar em contato com a Sônia, secretária do Departamento Médico da AFFEP.

Contamos com a colaboração e participação de nossos filiados, com um movimento de incentivo ao crescimento de nossa Associação e de sua importância como instituição de prestação de serviços à família fiscal.

**Departamento Médico
AFFEP**

AFFE P REAL



Promovido pela AFFEP buscando o conagração da classe, o VII Encontro dos Fiscais Aposentados (EFA), realizado em Guaratuba nos dias 6, 7 e 8 de setembro, reuniu este ano aproximadamente 400 pessoas, entre sócios e familiares. O Encontro foi idealizado e programado há sete anos, sendo, atualmente, uma tradição para a entidade.

A programação para os três dias incluiu, entre outros, o cerimonial de abertura - onde estiveram presentes Eloyna da Costa Riekes, agente fiscal inativa homenageada pelos colegas; Eraldo Nelson Correia, representante da Prefeitura Municipal de Guaratuba e Fundação Cultural de Guaratuba; Antônio da Costa, representante da Secretaria Municipal do Esporte e Turismo de Guaratuba; Roberto Piekarczyk, presidente da AFFEP; Fernandes dos Santos, presidente do SAFITE, Arlindo José de Andrade, 2º vice-presidente e chefe do Departamento dos Aposentados, Geny Landolfi, diretora do Departamento Social; e Rosilene Ma

Panel de classificação/sócio

Modalidade/Dupla	Vencedores	Modalidade/Individual	Vencedor (a)
Escopa	Romulo Marcondes Ramos e Rubio S. Vieira	Croché	Não houve inscritos
Dominó	Ailton Vieira e Geny Landolfi	Tricot	Adalgisa Lima Westphalen
Bocha	Oswaldo Fracaro e Dagoberto de Souza	Xadrez	Não houve inscritos
Peabolim	Não houve inscritos	Tranca	Ismael Tibeletti
Malha	Dilceu Racioppe e Ernesto Martins	Bilhar	Alcides de Oliveira Santos
Truco	Pedro Luis de Paula Neto e Jeronimo Puchalski		



A VII E.F.A.

ado de Jesus, assistente social e coordenadora
nica do evento.

Os jogos esportivos e a recreação para acompa-
antes teve acompanhamento profissional, com apre-
tação do grupo de dança Coração Cigano, Grupo
Dança de Jazz e o CTG Estância Guaratuba, que
estigiou o evento com o Grupo de Dança Gaúcha.
No segundo dia, todos puderam participar da
aminhada, orientada pelas recreacionistas; teve tam-
m ginástica terapêutica, seqüência dos Jogos e
ncana para os Acompanhantes, Dança de Salão,
futebol e do bingo em prol da Casa do Idoso Vó
sa, Casa de Apoio Senhor Bom Jesus e Casa dos
létricos Sovida.

No cerimonial de encerramento, dia 8 de setem-
y, fizeram parte da mesa Felisberto Kloeppel,
tônio da Costa, Eraldo Nelson Correia, Geny
ndolfi, Ary José de Andrade. Na ocasião, foi feita
a homenagem ao sr. Aderbal Cidade, um dos
adores da Colônia de Férias de Guaratuba, se-
da pela premiação dos campeões das diversas
dalidades de provas.



Painel de classificação/acompanhante

Modalidade/Du- pla	Vencedores	Modalidade/Individ- ual	Vencedor (a)
Dominó	Diego Vieira e Marcos Vieira	Crochê	Gema C. Sentone
Bilhar	Não houve inscritos	Tricot	Não houve
Bocha	José Rocha e Inácio Lanchiati	Xadrez	Não houve
Peabolim	Jaime Vieira e Plínio Costa	Tranca	Vilma Aparecida R. dos Anjos
Malha	Não houve inscritos		
Truco	Jocimar Mesquita e Oswaldo Vieira		
Escopa	Não houve inscritos		





Joaquim da Silva Maia - Delegado da 11ª DRR, Fernando Scanavaca - prefeito de Umuarama, Jorge de Ávila, diretor da CRE e Nelson Suzuki

Joaquim Maia assume 11ª Regional de Umuarama

Em concorrida solenidade, dia 19 de junho, no auditório do Hotel Caiuá, em Umuarama, tomou posse o novo delegado da 11ª Regional, Joaquim Antonio da Silva Maia.

Aos cinquenta e três anos, vinte dos quais dedicados ao serviço público estadual, Joaquim assume pela primeira vez uma Delegacia Regional, tendo ocupado anteriormente o cargo de assistente técnico da Inspeção Geral de Fiscalização, na sede da CRE, em Curitiba.

A frente da 11ª DRR, o novo delegado garante que irá trabalhar com total dedicação e dando continuidade aos projetos de seu antecessor, Nelson Mitsuo Suzuki.

Prestigiaram a cerimônia de transmissão de cargo o diretor da CRE, Jorge de Ávila - representando o secretário da Fazenda, Giovani Gionédis; Nelson Mitsuo Suzuki, ex-delegado regional; o prefeito municipal de Umuarama, Fernando Scanavaca e os delegados regionais Leonildo Pratti (9ª DRR-Maringá) e Giancarlo Schetini de Almeida Torres (13ª DRR-Londrina).

À noite, os funcionários da 11ª DRR ofereceram um jantar, no Restaurante Chapelão, de Umuarama, em homenagem ao novo delegado e, também como carinhosa despedida ao delegado anterior.



Flagrante do almoço em homenagem ao delegado Silva Maia

Fiscal é homenageado com jantar em Santa Felicidade

No dia 12 de setembro, no Restaurante Dom Antônio, em Santa Felicidade, foi realizado um jantar de despedida para o servidor Luiz Antônio Guarise, que está se aposentando como agente fiscal.

Luiz Antônio iniciou suas atividades em 1977, na Coordenação do Sistema Integrado de Pagamento de Pessoal do Estado na Secretaria de Estado da Fazenda, contratado pela Celepar, sendo o responsável pelo setor administrativo. Em 1978, o homenageado exerceu o cargo de chefe da Assessoria de Organização e Métodos.

Em 1983, Guarise exerceu a Coordenação do Projeto Gralha Azul (Participação Comunitária Municipal) e do Projeto Participação e Integração Administrativa na CRE. Aprovado em 16º lugar no Concurso de Agente Fiscal, em 1984, assumindo esta função no Posto Fiscal de Alexandra, onde ficou até setembro de 1987, quando então foi convocado pelo

então diretor para integrar a Comissão Central do Sistema Intermediário de Administração Participativa.

No final de 1990, Luiz Antônio foi convidado para trabalhar na Inspeção Geral de Arrecadação, onde foi o responsável pelo gerenciamento da Conta Corrente Fiscal do Estado, até março de 1995, quando assumiu a chefia do CENPRE - Centro de Desenvolvimento do Pessoal da Receita. Nesta função, elaborou e aplicou o projeto de pesquisa: Levantamento das Necessidades de Treinamento da CRE, através do qual teve a oportunidade de mostrar a realidade da organização em termos de treinamento, e delinear a programação de treinamento para os anos de 1995, 96 e 97.

Durante a permanência deste excelente profissional no CENPRE, foram realizados aproximadamente 550 cursos, com 6.300 participantes.

Desconto especial no seguro de automóvel para Associados AFFEP. A Los Angeles Corretora de Seguros através de seu corretor oficial Antonio Lourival Melink, há 10 anos atendendo à classe fiscal informa o desconto acima para associados e seus dependentes, através da Sul América Seguros.

**Contatos: (041) 224-2024
Celular: 991-7259**

Como fica a reforma previdenciária pelo novo substitutivo

Os principais pontos do substitutivo Beni Veras (PSDB-CE), à emenda da reforma previdenciária, aprovado na Comissão de Constituição e Justiça do Senado:

- O atual tempo de serviço é substituído por tempo de contribuição. Para se aposentar, trabalhadores da iniciativa privada e do setor público incluídos no novo sistema previdenciário pre-

cisam completar 35 anos de contribuição e 60 de idade (homens) e 30 anos de contribuição e 55 de idade (mulheres.).

- Para os que já estão no sistema, o parecer cria uma regra de transição. Servidores públicos que não quiserem se aposentar pela regra de transição e optarem por aposentar pelas regras permanentes (as novas), ficam isentos de contribuição previdenciária.

- O parecer mantém praticamente inalteradas as atuais regras de aposentadoria para os servidores públicos que ganham até R\$ 1.200,00. A única mudança, neste caso, é o cálculo da aposentadoria.

- É mantida a paridade entre salários e aposentadorias no setor público, até o limite de R\$ 1.200,00. Acima deste valor, o valor da aposentadoria será pro-

porcional, não sendo inferior a 70% do que o rendimento pago na atividade.

- Uma lei vai definir o cálculo da aposentadoria para servidores que ganham acima de R\$ 1.200,00, obedecendo a critérios de graduação.

- A emenda mantém integralmente a paridade de reajustes salariais entre servidores ativos e inativos, como também o repas-

se de todo benefício ou vantagem concedidos aos ativos, inclusive os decorrentes de reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria e pensão.

- Até o teto de R\$ 1.200,00, as pensões por morte de servidores públicos terão o valor integral do salário recebidos na atividade. A partir deste limite, as pensões passam a ser proporcionais, cuja concessão será

definida em lei.

- Aposentados e pensionistas do setor público que ganham até R\$ 1.200,00 ficam isentos de pagar contribuição previdenciária.

- A emenda acaba com a aposentadoria especial para professores universitários, limitando-a aos professores da educação infantil, ensino fundamental e médio.

XV FISCALÍADAS



XV FISCALÍADAS - VOCÊ É O CONVIDADO ESPECIAL COMPAREÇA!

A Verdade

O Primeiro Ministro Winston Churchill, ao término da 2ª Guerra Mundial, onde foram beligerantes os países do eixo: Alemanha, Itália e Japão, lançou a idéia aos aliados para que marchassem militarmente sobre a União Soviética. Desta forma, Churchill, acabaria de uma vez por todas o regime comunista desta potência e eles venceriam facilmente, pois a União Soviética estava desgastada pelo fato de ter perdido milhares de soldados nas batalhas dentro de seu próprio território. Joseph Stalin, percebendo tais intenções, lançou imediatamente a Campanha da Paz para todo o mundo cativando, principalmente, o povo americano.

Conquistada a paz, foi revelado um verdadeiro horror pós-guerra: haviam milhares de soldados mutilados e igual número de viúvas e órfãos em ambas facções. Além disso, a paz trouxe a chamada Guerra Fria entre o ocidente e os países do leste euro-

peu, ocorrendo, em definitivo, uma cisão do mundo, de forma política, em dois grandes e poderosos blocos: o Comunismo soviético e a "Democracia" ocidental, em suas variadas formas e sistemas de governo.

No final da década de 80, ocorreu o desmoronamento do Muro de Berlim e, conseqüentemente, a queda do sistema de governo da União Soviética. Estes fatos contribuíram diretamente no desequilíbrio dos pratos da balança política-econômica mundial: um deles (representado pelo bloco ocidental) subiu, e o outro (o bloco soviético e seus aliados) despencou. Isto significou o fim da Guerra-Fria.

Neste interstício do término da Guerra e da Guerra-Fria, os serviços secretos destes blocos trabalharam diuturnamente a fim de enfraquecer o adversário, descobrindo seus segredos bélicos, nucleares, políticos e econômicos. A União Soviética saiu perdedora, pois o regime vigen-

te no país estava apodrecendo e caía face a inúmeros erros, principalmente no aspecto econômico, aparentemente ocorrido por não terem seguido fielmente os princípios e idéias de Karl Marx e Lenin, os fundadores do regime socialista.

Mas, tudo tem um preço. Com o término da Guerra-Fria, era inevitável o crescimento vertiginoso da população mundial, na proporção de 10% ao ano; isto quer dizer que, no ano 2010, a população mundial chegaria a 10 bilhões de pessoas.

Esta explosão demográfica seria muito visível nos países pobres e em desenvolvimento, o que causaria, certamente, um aumento da fome e da miséria, abalando a estrutura dos países ricos.

Diante destas circunstâncias, poderia ser afastado, temporariamente, o perigo da 3ª Guerra Mundial, uma vez que os países mais fortes têm o poder para adotar uma política que viesse dis-

tribuir um pouco de sua riqueza aos famintos, política esta chamada de liberal ou neo-liberal.

Esta nova forma de governo atingiu, principalmente, os países em desenvolvimento e com uma população superior a 50 milhões de pessoas. A política neo-liberal fez com que estes segmentos mundiais mudassem a economia, implantando a privatização, efetuando reformas tributárias e fiscais, no setor público e na Previdência. Com isto, os salários foram nivelados, fazendo com que a classe média (que está caindo ladeira abaixo) fique, também, pobre, além de estar próxima da extinção.

Estas mudanças que estão ocorrendo no mundo estão trazendo um assustador índice de desemprego, nunca visto na história da humanidade.

Em outubro, com abertura no dia 24, às 20:00 horas, acontecerá as XV FISCALÍADAS, na Colônia de Férias de Guaratuba.

A Diretoria, bem como todos os funcionários da AFFEP, estão ultimando os preparativos para esta que é a maior festa da Família Fazendária do Paraná.

Todas as regionais estão se preparando para o evento, principalmente os atletas que irão disputar as 13 modalidades esportivas (este ano o vôlei de areia foi confirmado como modalidade oficial).

O Delegado Regional de Londrina João Manoel Delgado Lucena, bem como o coordenador esportivo Claudio de Oliveira, garantem que trazem a taça! Será? (Com a palavra as demais regionais).

No dia 24 acontecerá a abertura oficial, com a presença das autoridades locais e estaduais, teremos o juramento do atleta, a pira olímpica, hasteamento das bandeiras, show pirotécnico e apresentação da banda marcial do Colégio João Bagozzi de Curitiba.

No sábado, além das competições esportivas, teremos o baile no Iate Clube de Guaratuba, entitulado "Uma Noite Country", a cargo da banda Brazil Express, com início às 23:00 horas, traje a caráter ou esporte fino.

No domingo à noite, após as competições, se realizará o "Jual", nas areias do Hotel Rota do Sol, com animação da banda Einstein.

No dia seguinte, acontecerá as finais das competições coletivas e à noite o encerramento do evento, com entrega das medalhas e troféus.

Nesse mesmo dia a banda Turek, com trajes típicos alemã, animará a "Fiscal Fest", com muito chope, cachorro quente, pipoca, sorvete, etc.

Todos os dias teremos animação recreativa, com professores especializados e ainda brinquedos e programação variada para as crianças.

Nós da AFFEP, estamos fazendo de tudo para que a tradição dessa festa se mantenha e se aprimore e que o espírito que prevaleça, seja o da união e amizade da Classe Fazendária do Paraná. Com certeza serão dias de muita descontração e alegria.

* Retirado do texto de Vitor Rides Nascimento, fiscal da 2ª DRR, em Paranaguá e da 9ª DRR, em Maringá, aposentado há 10 anos.

Balancos de 1995 e 1996 do SAFITE

Publicamos nesta edição os balanços e demonstrações de resultados do SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANÁ - SAFITE, referente aos exercícios de 1995 e 1996, onde é possível uma análise clara e precisa da evolução das contas, crescimento das receitas e aplicação dos recursos.

Notamos "superávit" nos dois exercícios, sendo R\$ 60.395,42 em 95 e R\$ 194.707,57 em 96. Esse "tantum", resulta na somatória dos investimentos em imobilizado, efetuados no ano de 1996, ou sejam, aquisição e reforma da sede, veículo, móveis

e utensílios, microcomputador, máquinas, equipamentos e telefones.

Notamos que o direcionamento dos recursos foram, conforme decisão de assembléia, direcionados para aquisição e estruturação da sede própria. Basta verificar que as despesas operacionais do SAFITE, correspondeu a 47% em 95 e 46% em 96.

Em relação aos objetivos de estruturação física do SAFITE, serve esta demonstração da aplicação dos recursos financeiros, como uma prestação de contas da diretoria 94/96, já apreciadas por assembléia, conforme determina o Estatuto.

SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANA
BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/1995 E 31/12/1996

PAG.02

	31/12/95	31/12/96
01 - RECEITA OPERACIONAL	116.878,75	401.131,50
02 - RECEITA LIQUIDA	116.878,75	401.131,50
03 - DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com Pessoal	6.581,13	12.860,45
Administrativas	36.456,99	164.724,43
Tributárias	285,52	5.573,22
Outras Desp. Operacionais	11.510,64	0,00
	54.834,28	183.158,10
04 - LUCRO OPERACIONAL	62.044,47	217.973,40
05 - VARIAÇÕES MONETARIAS		
(+) Resultado da CM	7.200,38	0,00
06 - RECEITAS/DESP. FINANCEIRAS		
(-) Despesas Financeiras	13.074,10	30.787,50
(+) Receitas Financeiras	4.224,67	7.521,67
TOTAL DESP./REC. FINANCEIRAS	8.849,43	23.265,83
07 - SUPERAVIT DO EXERCÍCIO	60.395,42	194.707,57

Reconhecemos a exatidão da demonstração de resultados acima, ref. ao ano de 1995, conforme documentos que foram apresentados para contabilização.
Somando ATIVO e PASSIVO, R\$ 92.382,59 (noventa e dois mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos)

Reconhecemos a exatidão da demonstração de resultados acima, ref. ao ano de 1996, conforme documentos que foram apresentados para contabilização.
Somando ATIVO e PASSIVO, R\$ 289.495,26 (duzentos e oitenta e nove mil, quatro centos e noventa e cinco reais e vinte e seis centavos)

SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANA

MAURO SERGIO MICHELIN
TESOUREIRO

ROBERTO PIEKARSKI
PRESIDENTE

EUCLIDES LOCATELLI
CONTADOR CRP/PR 16502/O-9

SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO ESTADO DO PARANA
BALANÇO ENCERRADO EM 31/12/1995 E 31/12/1996

PAG.01

ATIVO				PASSIVO				
	31/12/95	31/12/96		31/12/95	31/12/96		31/12/95	31/12/96
CIRCULANTE			CIRCULANTE					
Disponibilidades			Fornecedores	0,00	1.613,08			
Caixa	1.053,17	489,22	Impostos a Recolher	33,60	825,62			
Bancos c/Movimentos	1,00	1,82	Contas a Pagar	70,00	70,00			
	1.054,17	491,04	Total do Circulante	103,60	2.508,70			
REALIZAVEL			PATRIMONIO LIQUIDO					
Aplicações Financeiras	48.835,17	26.360,84	Reservas Patrimoniais					
	48.835,17	26.360,84	Superavit Acumulados	31.892,83	92.288,25			
Total do Circulante	49.889,34	26.851,88	Deficit Acumulados	(9,26)	(9,26)			
PERMANENTE			Superavit/Deficit Exercício	60.395,42	194.707,57			
Investimentos Imobilizado			Superavit/Deficit Acumulado	92.278,99	286.986,56			
Imóvel Comercial	0,00	198.860,87	Total Patrimonio Liquido	92.278,99	286.986,56			
Veículos	15.652,39	0,00						
Móveis e Utensílios	10.644,63	12.749,04						
Microcomputador/Periféricos	3.715,63	7.864,63						
Aparelhos Telefônicos	28,77	6.177,11						
Biblioteca	10,18	10,18						
Máquinas Equipamentos	4.163,22	6.481,01						
Aparelhos Ar Condicionado	0,00	3.135,00						
Direito Uso de Telefone	8.278,43	11.713,15						
Total do Permanente	42.493,25	262.643,38						
TOTAL DO ATIVO	92.382,59	289.495,26	TOTAL DO PASSIVO	92.382,59	289.495,26			

SINDICATO DOS AGENTES FISCAIS DE TRIBUTOS ESTADUAIS DO PARANA

MAURO SERGIO MICHELIN
TESOUREIRO

ROBERTO PIEKARSKI
PRESIDENTE

EUCLIDES LOCATELLI
CONTADOR CRP/PR 16502/O-9

REPASSE PARA ASSOCIAÇÕES REGIONAIS - 1997

	AFFEP CURITIBA		AFFISPONT		AFFUV		AFFEP LONDRINA		AFFISMAR		AFFEP UMUARAMA		ASFUVEL		AFFISP		VALOR TOTAL
	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	
JANEIRO	1.169,03	02/09/97	1.090,14	25/06/97	576,46	02/05/97	427,97	02/05/97	2.144,12	25/04/97	337,98	02/05/97	1.069,22	25/04/97	616,96	02/05/97	7.431,88
FEVEREIRO	972,71	02/09/97	999,25	25/06/97	576,36	02/05/97	412,70	02/05/97	1.994,85	02/05/97	315,56	02/05/97	1.066,60	25/04/97	570,38	02/05/97	6.928,42
MARÇO	1.026,54	02/09/97	972,82	25/06/97	563,35	02/05/97	405,38	02/05/97	1.949,26	02/05/97	314,48	02/05/97	1.048,65	25/04/97	587,66	02/05/97	6.868,13
ABRIL	1.026,66		936,44		567,28	05/08/97	414,45	05/08/97	1.869,82	20/08/97	300,51	05/08/97	1.081,95	04/07/97	560,19	05/08/97	6.757,30
MAIO	1.069,10		939,09		571,93	05/08/97	416,22	05/08/97	1.859,30	20/08/97	301,05	05/08/97	1.094,07	04/07/97	575,19	05/08/97	6.825,95
JUNHO	1.081,11		949,76		580,41	05/08/97	415,54	05/08/97	1.932,05	20/08/97	306,95	05/08/97	1.111,80	04/07/97	607,19	05/08/97	6.984,81
JULHO	1.095,50		910,70		559,83		405,84		1.890,04		309,20		1.063,81		582,10		6.817,00
AGOSTO	1.094,31		910,74		550,67		399,91		1.881,77		302,51		1.067,18		574,06		6.781,14
SETEMBRO	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
OUTUBRO	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
NOVEMBRO	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
DEZEMBRO	0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
TOTAL	8.534,95		7.708,94		4.546,29		3.297,99		15.521,22		2.488,24		8.623,29		4.673,72		55.394,64
	15,41%		13,92%		8,21%		5,95%		28,02%		4,49%		15,57%		8,44%		100,00%

* LEGENDA - 1ª DRR - AFFEP Curitiba; 3ª DRR - Ponta Grossa (AFFISPONT); 4ª DRR - União da Vitória (AFFUV); 8ª DRR - AFFEP Londrina; 9ª DRR - Maringá (AFFISMAR); 11ª DRR - AFFEP Umuarama; 13ª DRR - Cascavel (ASFUVEL); 14ª DRR - Pato Branco (AFFISP).



Campanha do Agasalho da AFFEP

Como acontece todos os anos, o Departamento Social da AFFEP promoveu, em julho de 1997, a Campanha do Agasalho que, com a colaboração, o sentimento de solidariedade e o esforço dos sócios e principalmente de oito mulheres, ajudou muitas pessoas de baixa renda neste inverno.

O sucesso desta campanha se deve às sócias e às esposas de sócios que durante todo o ano, sempre às quartas-feiras, reuniam-se na sede da Associação para um dia de trabalhos de manuais em prol dos necessitados. Aclacy Klingelfus, Anita Paschoalino, Maria José Carvalho (Zeca), Graciosa C. Pereira, Lina A. Andrade, Dolores A. Tedeschi, Yolanda Cassou e Edy Pereira Neves são exemplos de demonstração de apoio e ajuda ao próximo que devem ser seguidos.

Os trabalhos por elas confeccionados em tricô e crochê foram doados aos portadores de HIV da Associação Solidários Pela Vida "Sovida", às crianças do Pequeno Cotelengo do Paraná e aos velhinhos do Asilo São Vicente de Paulo.



Inaugurada cancha de Bocha em Maringá

Mais uma área de lazer para os fiscais foi inaugurada. Os colegas da região Norte do Paraná ganharam, no dia 27 de julho de 1997, uma nova cancha de Bocha na Associação dos Funcionários Fiscais de Maringá.

Sob o comando do vice-presidente da Affismar, Ronaldo Pedro Hübler, ergueu-se mais um espaço para a diversão e descontração dos associados, que contam com uma Associação com espaço para a realização de festas, com churrasqueiras, mesas, freezer, ramal telefônico e banheiros.

Na oportunidade, foi realizado um pequeno torneio de inauguração, que contou com a presença das equipes de Bocha de Umuarama, Maringá e Londrina, sendo que esta última sagrou-se campeã do evento.

Fusão AFFEP/SAFITE continuam as discussões

Dando continuação às discussões acerca da fusão AFFEP/SAFITE, os presidentes Roberto Aparecido Piekarczyk e Fernandes dos Santos, já efetivaram reunião com os associados das seguintes regionais:

8ª DRR em Londrina - 3ª DRR em Ponta Grossa - 1ª DRR em Curitiba - 2ª DRR em Curitiba - 13ª DRR em Cascavel - 11ª DRR em Umuarama.

O vice-presidente da AFFEP e chefe do Departamento dos Aposentados, está ultimando os preparativos para a reunião com os associados aposentados. Será enviado à casa de cada

AFFEP - Rua Angelo Sampaio, 1793 - Batel - CEP 80.420-160 - Fone/Fax (041) 223-7414

um, um convite, reforçando a necessidade da participação nessas discussões.

A intenção das duas diretorias, associação e sindicato, devidamente corroborada em reunião dos conselhos deliberativos, é de que todos os associados, ativos e inativos, tenham conhecimento e condições de participar das discussões sobre a fusão.

Para que não se aleguem desconhecimento, pedimos a todos que fiquem atentos e participem das reuniões nas regionais, caso não seja possível, enviem suas sugestões e críticas para as entidades:

SAFITE - Rua Comendador Macedo, 610 - Centro - CEP 80.060-030 - Fone/Fax (041) 264-1544

*Para tudo há uma hora. Sobre fusão a hora é agora:
Participe, discuta, faça valer seu ponto de vista
União = Participação*



Jantar de confraternização a colegas de União da Vitória

Em homenagem aos colegas Felipe Fernandes Pacheco e Carlos Alberto Tomé Coradi, que desenvolveram um competente serviço na 4ª DRR, de União da Vitória, foi realizado um jantar de confraternização em sua despedida que contou com a presença do diretor da CRE, Jorge de Ávila, de funcionários da delegacia e familiares, além de contadores e empresários.

Como delegado da 4ª DRR, Felipe Pacheco e seu assessor, Carlos Coradi, prestaram um excelente trabalho de reestruturação da unidade regional, desde a sua reativação em 1994. Atualmente, estão administrando a 14ª DRR, de Pato Branco.

O presidente da Associação dos Funcionários Fiscais de União da Vitória (AFFUV), Ademar Caetano da Silva, toda a sua diretoria e seus associados desejam que ambos tenham muito sucesso nas atividades que irão desempenhar.

Giovane Gionédís acompanha ação fiscal

Mais de 13 empresas foram autuadas, às quais foram aplicadas quase R\$ 20 mil em ICMS e multas, e diversas irregularidades fiscais foram constatadas em uma ação fiscal, comandada pessoalmente pelo secretário estadual da Fazenda, Giovane Gionédís, realizada no início de setembro.

Com o objetivo de verificar em diferentes pontos de Curitiba a regularidade da emissão de notas, a situação cadastral das empresas e das máquinas registradoras, o trabalho conhecido como Projeto Restaurante contou com a participação do diretor da Coordenação da Receita do Estado (CRE), Jorge de Ávila, e de mais de 70 agentes fiscais.

Gionédís disse que está sendo intensificado o combate aos sonegadores com ações semelhantes em todo Estado. Na abordagem direta ao consumidor, o secretário afirma que foi constatado que a maioria das pessoas questionadas não tinham as notas fiscais de suas compras. Para ele, é importante frisar que no valor da compra já está sendo pago o ICMS e, portanto, este é um direito do consumidor.

RESULTADOS

A ação em Curitiba se estendeu a



21 restaurantes e duas praças de alimentação de shoppings, sendo visitadas todas as lojas localizadas nestes estabelecimentos comerciais. Os resultados, que ainda são parciais, foram a autuação de 13 empresas por irregularidade fiscal (falta de emissão de nota ou cupom fiscal), alcançando um valor aproximado de R\$ 20 mil em ICMS e multas, e a apreensão de quatro equipamentos de controle de caixa diário das empresas.

Também foram apreendidas 11 máquinas registradoras que não tinham autorização do Fisco Estadual e emitiam apenas cupons que confundem os consumidores, pois não têm valor fiscal. E ainda, duas lanchonetes foram fechadas por não possuírem inscrição na Receita Estadual. Uma delas não possuía nem alvará de localização e número de CGC, sendo portanto, totalmente clandestina.

O número e o valor dos autos devem aumentar, explica Gionédís, já que deve ser realizada ainda uma verificação fiscal mais detalhada dos equipamentos e documentação fiscal das empresas onde foram constatadas as irregularidades.

O número e o valor dos autos devem aumentar, explica Gionédís, já que deve ser realizada ainda uma verificação fiscal mais detalhada dos equipamentos e documentação fiscal das empresas onde foram constatadas as irregularidades.

GIA-ICMS em disquete e na Internet

A Secretaria de Estado da Fazenda, através da Coordenação da Receita Federal, colocou à disposição dos contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), desde o dia 1º de agosto, o programa da Guia de Informação e Apuração do ICMS (GIA-ICMS) em disquete.

Este novo sistema traz vantagens tanto para os contribuintes como para o fisco estadual. Entre as principais estão: rapidez no processamento das informações, eliminação de erros de digitação e somas, bem como a grande capacidade de armazenagem do disquete (aproximadamente 400 GIAs), facilitando a operação para os escritórios contábeis.

Para obter o disquete com o programa da GIA-ICMS, os interessados devem dirigir-se às Agências de Rendas, levando um disquete vazio de 3,5 polegadas, para que possam receber um outro, com o respectivo programa. Junto com o disquete os usuários receberão um catálogo explicativo, onde constam todas as informações necessárias para a operação, bem como os endereços do Barestado e das Agências de Rendas aptas para receber o disquete. Além disso, desde o mês de agosto, o programa GIA-ICMS também está disponível na Internet, através da página da Secretaria de Estado da Fazenda, pelo e-mail www.pr.gov.br/sefa.

Com o intuito de possibilitar uma ampla utilização deste programa, a CRE também está oferecendo às empresas de consultoria de legislação tributária os disquetes para a produção de cópias e distribuição entre seus assinantes. Para isto, estas empresas devem procurar a Inspeção Geral de Arrecadação pelo telefone 322-4999, ou na Avenida Vicente Machado, 445, 11º andar, ou ainda através do e-mail: igacre@pr.gov.br.

Para todos os efeitos, a GIA em papel continua em vigor, mas a Receita Estadual alerta a importância da adequação dos contabilistas à informatização da GIA-ICMS, uma vez que, a partir de janeiro de 1998, somente os disquetes serão aceitos.

O atual projeto de reforma administrativa

Brasília (AE) - Como ficou o projeto de reforma administrativa:

- O servidor estável pode ser demitido em caso de insuficiência de desempenho e para que a folha de pagamento da União, dos estados e dos municípios seja reduzida a 60% da receita.

- Para que a demissão de estáveis possa ser feita, antes terão de ser dispensados todos os não-estáveis, sem exceção. Não-estáveis são os que entraram no serviço público sem concurso, depois de 5 de outubro de 1983.

- O teto máximo de vencimento dos servidores públicos será o correspondente ao salário de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em lei de iniciativa conjunta do presidente da República, do Congresso e do Supremo.

- O salário dos ministros dos tribunais superiores, corresponderá a 95% do subsídio mensal fixado para os ministros do STF.

- Nas convocações extraordinárias do Congresso os deputados e senadores poderão receber, no máximo, valor correspondente a um salário mensal. Atualmente são pagos dois.

- A extinção de empresas implicará na disponibilidade do servidor e até que se encontre lugar para ele, o

salário será pago proporcionalmente ao tempo de serviço.

- O estágio probatório exigido para o servidor será de três anos e não mais de dois. O governo não conseguiu aprovar o estágio de cinco anos.

- Uma lei vai dizer quais são as carreiras típicas de Estado. Nela deverão ser incluídos, obrigatoriamente, as de fiscalização e arrecadação tributária, previdenciária e do trabalho, controle interno, segurança pública, diplomacia, advocacia e defensoria pública.

- Lei específica vai dizer qual é o direito à greve do servidor público.

- A acumulação remunerada de cargos públicos pode ser exercida assim: dois de professor, um de professor e outro técnico ou científico e dois cargos privativos de médico. A proibição de acumular se estende a empregos e funções e abrange empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, autarquias, fundações e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

- Fica vetado à União, aos estados e aos municípios o enquadramento de servidor em cargos e empregos públicos sem observância do plano de carreira, a instituição de gratificações adicionais, abonos, prêmios e outras

vantagens remuneratórias, ressalvados os casos de adicional por tempo de serviço, não superior a 1% por ano e por atividades penosas, insalubres ou perigosas.

- O servidor será aposentado compulsoriamente aos 75 anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, até que uma lei específica fixe o limite de idade.

- O Senado fiscalizará o cumprimento dos limites globais e das condições para as operações de crédito externo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e da garantia da União em operações de crédito externo e interno.

- Fica proibido o repasse voluntário de verbas da União para os estados e destes para os municípios para o pagamento de pessoal. O veto atinge também as instituições financeiras, como a Caixa Econômica Federal e os bancos estaduais.

- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras pelos órgãos da administração direta ou indireta, só poderão ser feitas se houver prévia dotação orçamentária, constante na lei de diretrizes orçamentárias.



serviço nacional de aprendizagem comercial
departamento regional no estado do paraná
coordenadoria de planejamento

MATURIDADE & QUALIDADE DE VIDA

Relatório da Pesquisa Aplicada na AFFEP

Apresenta o:

O presente Relatório traz os resultados da Pesquisa Maturidade & Qualidade de Vida, desenvolvida no período de maio e junho/97, junto   Associa o dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná.

Preocupada em melhor atender seus associados, a atual diretoria da Associa o, através do seu Departamento de Serviço Social, procurou o SENAC com o objetivo de conhecer a programaa o da Institu o voltada para chamada 3ª idade. Além de apresentar os cursos em andamento e os projetos em fase de implanta o, o SENAC pro-

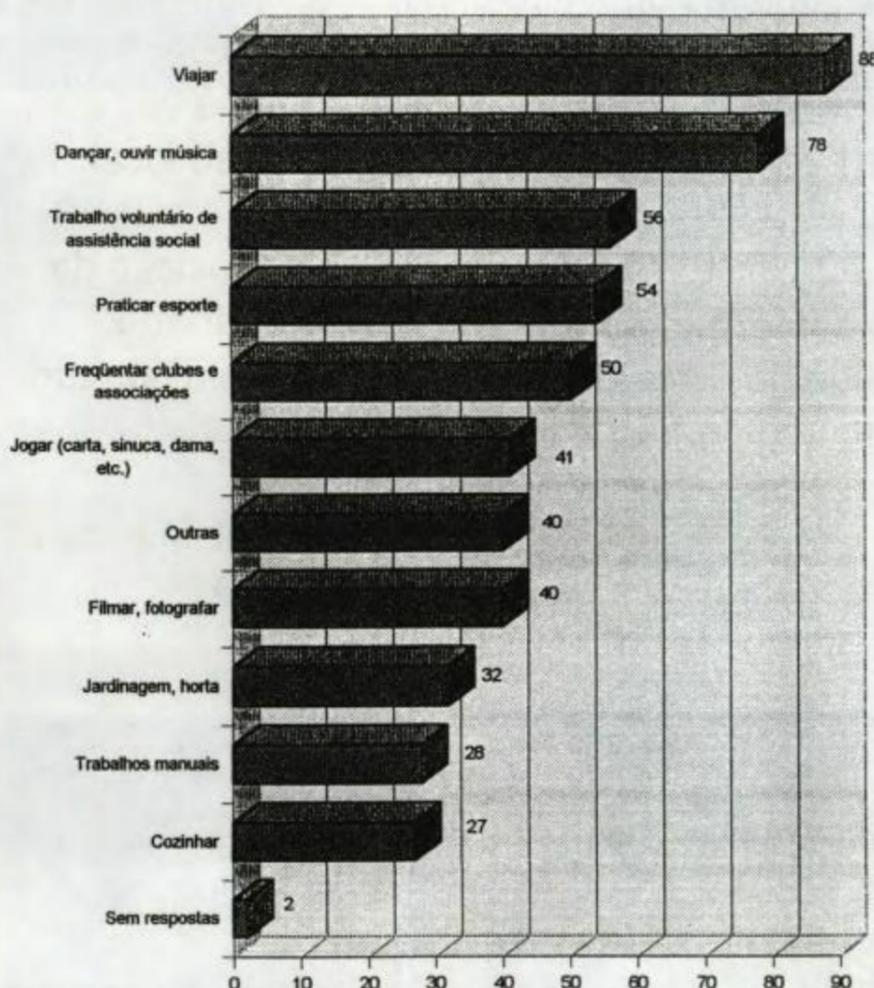
p s-se a realizar uma pesquisa direcionada   AFFEP, visando fundamentar a defini o de Programas específicos.

Com a finalidade de traçar, num primeiro momento, o perfil dos associados aposentados residentes em Curitiba, e levantar o interesse dos mesmos em participar de cursos, palestras e outras atividades a serem oferecidas pela parceria AFFEP - SENAC, foi realizada a pesquisa junto a 119 associados, que contou com a colabora o do Departamento de Serviço Social da AFFEP, no que se refere a aplica o do formulário.

3. PREFERÊNCIAS E INTERESSES

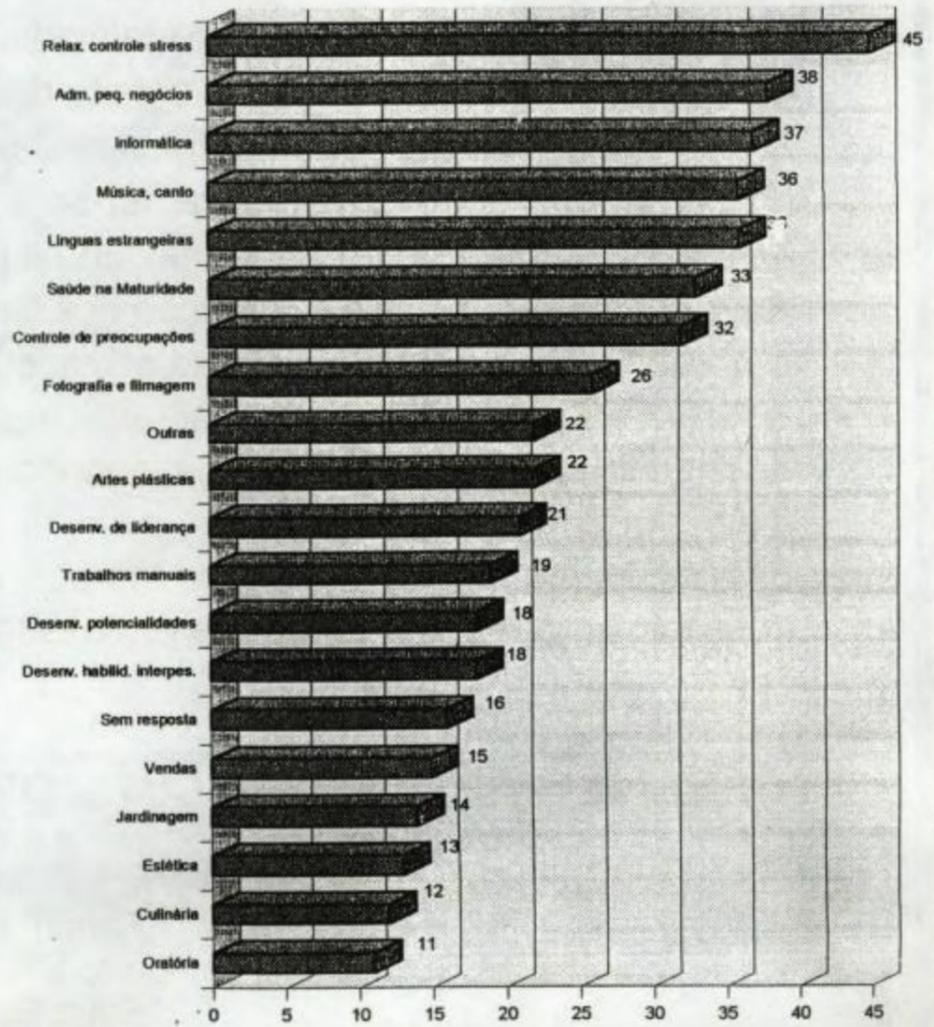
3.1 - O que mais gostam de fazer

Viajar   a atividade de lazer preferida entre os pesquisados, seguida de Dançar e ouvir música e do Trabalho voluntário de assistência social. Cozinhar   a atividade que apresentou menor freq ncia.



3.2 - Cursos ou atividades de interesse

Os cursos de maior interesse são os de Relaxamento e controle de stress, Administra o de pequenos negócios, Informática, Línguas estrangeiras, Música e canto. O curso que aparece com menor indica o   o de Oratória.



(Nos próximos Notifiscos estarão sendo publicados os demais resultados da pesquisa)

UNIÃO AFFEP/SAFITE

AFFEP + SAFITE = AFFEP-SINDICATO

As Diretorias da AFFEP e do SAFITE, cumprindo o compromisso assumido quando da campanha eleitoral, biênio 97/98, está dando início à discussão do processo de união das duas entidades, representativas da Classe Fiscal do Paraná.

Após os estudos iniciais a Comissão designada para a tarefa, elegeu como a melhor opção a **INCORPORAÇÃO DO SAFITE** pela **AFFEP**, após o que, será feita a alteração no estatuto da **AFFEP TRANSFORMANDO-A EM SINDICATO**.

O QUE É A INCORPORAÇÃO?

É o ato através do qual a AFFEP, associação civil, incorpora o SAFITE, pessoa jurídica de direito privado, assumindo, automaticamente, todo o seu patrimônio, seus direitos e obrigações, bem como, seus filiados e funcionários.

POR QUE UMA ÚNICA ENTIDADE?

- Representação única da classe, tanto no Estado quanto perante a Federação Nacional do Fisco Estadual - FENAFISCO.
- Todos os agentes fiscais serão filiados a uma única entidade, que terá como incumbência defender os interesses classistas e oferecer benefícios sociais.
- A nova entidade utilizará uma única estrutura funcional para a prestação dos serviços (redução de custos).
- Filiados contribuirão, doravante, apenas com **uma mensalidade**, pelos serviços outrora prestados pelas antigas instituições.
- A representação classista será fortalecida, visto que, apenas uma diretoria falará, realmente, em nome dos fiscais, não correndo o risco de disputas internas pelo poder representativo.
- Por serem prestados por uma única instituição, os serviços terão mais qualidade, uma vez que, com a centralização da estrutura, ter-se-á todos os benefícios concentrados em um só local, ganhando, também com isso, agilidade e presteza.
- Haverá também maior participação dos filiados na administração, pois ficarão à disposição da nova entidade, **quatro fiscais da ativa, em período integral, sem custo para a entidade**.
- A AFFEP-SINDICATO será a segunda maior entidade do Fisco Estadual Brasileiro, em número de filiados e recursos financeiros, ficando atrás somente de São Paulo, resultando num maior poder de negociação.
- Esta é uma tendência dos novos tempos, em todo o país, inclusive a Receita Federal, já possui entidade única desde 1995 e os professores do Paraná, através da APP-SINDICATO, desde 1989.

INFORME-SE! PARTICIPE! DISCUTA! OPINE!

Para informações, críticas e sugestões, utilize os seguintes endereços:

SAFITE - Rua Comendador Macedo, 610 - Centro - Curitiba - Paraná - CEP 80060-030

Fone/Fax (041) 264-1544

AFFEP - Rua Angelo Sampaio, 1793 - Batel - Curitiba - Paraná - CEP 80420-160

Fone/Fax (041) 223-7414